



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026 FMS

MODO DE DISPUTA ABERTO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 005/2026 FMS
AMPLA CONCORRÊNCIA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO, Fundo público da administração direta municipal, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças, inscrita no CNPJ n°. 11.283.607/0001-42 com sede à Trav. 28 de Abril n° 1175, Centro, CEP: 68.148-000, Brasil Novo (PA), representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Elysson Leonarde Kloss, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, através do site www.licitanet.com.br, nos termos da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, do Decreto Federal n° 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n° 123/2006, Decreto Municipal n° 688/2024, Portaria 001/2026 GAB/SMS, Lei Municipal n° 311/2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 17/03/2026 – Horário: 09h00min (de Brasília)

As propostas poderão ser enviadas até a data e Horário limite da Abertura da Sessão.

Valor total Estimado: R\$ 35.360,98 (trinta e cinco mil trezentos e sessenta reais e noventa e oito centavos),

LOCAL: <https://licitanet.com.br>

Pregoeira: Cleide Ferreira Chaves.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a Contratação de empresa para aquisição de equipamento e material permanente, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo integralmente à Proposta do Ministério da Saúde n° 11283607000125004, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, de acordo com os quantitativos estimados, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 7.1. deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na formado



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100% (cem por cento).

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nas



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, suas substituições.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico através do site www.licitanet.com.br, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um) centavo**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. **Caso seja** adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. **Caso seja** adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. **Caso seja** adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas asempatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

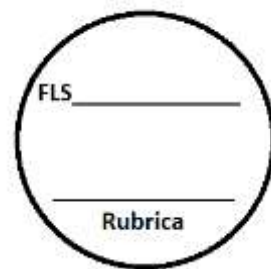
6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os item 3.6 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

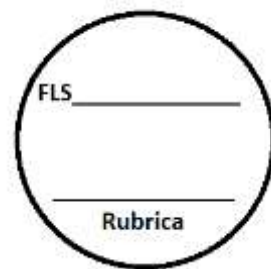
6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por Tabelião, por servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis), cabendo ainda a assinatura digital, **todos da matriz ou da filial da licitante**, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



7.13. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

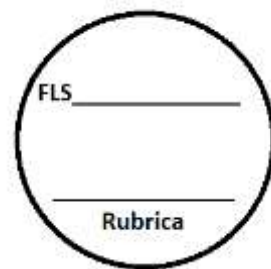
8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://brasilnovo.pa.gov.br/c/licitacoes/>

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
- 9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



9.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1 Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2 Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal de Brasil Novo, em dias úteis, no horário de expediente, ou de forma eletrônica através do e-mail licitacaofmsbn@gmail.com o qual deverá receber, examinar e decidir.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, desde que a alteração editalícia configure modificação nos valores do objeto licitado, caso contrário é desnecessário prolongamento do prazo.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://brasilnovo.pa.gov.br/c/licitacoes/>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

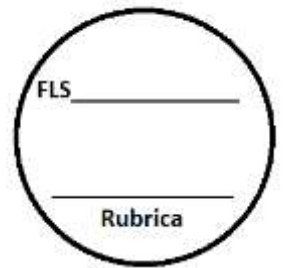
Anexo I - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar apêndice do anexo I ;

Anexo II – Modelo de Formulário de Proposta;

Anexo III - Modelo de Declaração Conjunta;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Anexo IV- Modelo de Declaração de Enquadramento ME/EPP/MEI;

Anexo V - Modelo de Declaração Anticorrupção;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Reserva de cargos para pessoas com deficiência;

Anexo VII - Modelo da Minuta do Contrato;

Brasil Novo/PA, 02 de março de 2026.

ELYSSON LEONARDE KLOSS

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 003/2021



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026 FMS

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para aquisição de equipamento e material permanente, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo integralmente à Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Nome	Unidade	Quantidade	Preço Unitário Estimado	Total Estimado
1	Monitor Multiparâmetros	Unidades	2	R\$ 16.768,47	R\$ 33.536,94
2	Reanimador Pulmonar Manual Adulto (Ambu)	Unidades	2	R\$ 376,12	R\$ 752,24
3	Reanimador Pulmonar Manual Pediátrico (Ambu)	Unidades	2	R\$ 283,33	R\$ 566,66
4	Suporte de Soro	Unidade	1	R\$ 505,14	R\$ 505,14
Valor Global:					R\$ 35.360,98

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. As condições relativas à vigência, prorrogação, reajuste, sanções e demais regras contratuais encontram-se detalhadas na minuta de contrato, que integra o presente processo administrativo.

1.4. Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA pretende realizar a contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, destinados ao fortalecimento da estrutura física, tecnológica e assistencial da rede municipal de saúde, em estrita observância à Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004.

2.2. A presente contratação insere-se no contexto das políticas públicas voltadas à qualificação e ampliação do acesso aos serviços de saúde, especialmente no âmbito do atendimento hospitalar de urgência e emergência, promovendo a modernização do parque tecnológico das unidades assistenciais e assegurando condições adequadas à prestação contínua, eficiente e segura dos serviços públicos de saúde à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



2.3. Os equipamentos contemplados na referida proposta ministerial configuram-se como instrumentos indispensáveis ao monitoramento clínico, suporte à vida, estabilização e acompanhamento de pacientes em situação de risco, contribuindo para a elevação dos padrões de segurança assistencial, resolutividade dos atendimentos e redução de complicações decorrentes de atrasos ou insuficiência estrutural.

2.4. Cumpre ressaltar que a atual estrutura patrimonial da rede municipal apresenta limitações decorrentes do desgaste natural, obsolescência tecnológica e insuficiência quantitativa de equipamentos, circunstâncias que comprometem a qualidade do atendimento, ampliam o tempo de resposta assistencial e podem ocasionar a necessidade de transferências desnecessárias de pacientes para outros municípios, gerando custos adicionais e prejuízos à continuidade do cuidado.

2.5. Nesse sentido, a aquisição dos referidos bens permitirá maior agilidade e eficiência nos procedimentos, fortalecimento da capacidade operacional das unidades de saúde, melhoria das condições de trabalho dos profissionais, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos federais transferidos ao Município, evitando riscos de devolução e assegurando a efetividade da política pública implementada.

2.6. A contratação encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, supremacia do interesse público e garantia do direito fundamental à saúde, constituindo medida necessária, oportuna e juridicamente justificada para assegurar a adequada prestação dos serviços de saúde à coletividade, com reflexos diretos na qualidade de vida da população de Brasil Novo/PA.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos e materiais permanentes médico-hospitalares, novos, de primeiro uso, destinados ao fortalecimento da estrutura física, tecnológica e assistencial do Hospital Municipal Maria José Biancardi e demais unidades da rede municipal de saúde de Brasil Novo/PA, em conformidade com a Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004.

3.2. A descrição detalhada da solução, incluindo análise de alternativas, justificativas técnicas, avaliação do ciclo de vida, aspectos de manutenção, durabilidade, suporte técnico, sustentabilidade e vantajosidade, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, o qual integra este processo administrativo como apêndice deste Termo de Referência.

3.3. Em síntese, a solução contempla o fornecimento dos bens, transporte, entrega, instalação (quando aplicável), testes de funcionamento, treinamento básico de uso, garantia mínima, assistência técnica e demais requisitos necessários à adequada operacionalização dos equipamentos nas unidades de saúde, assegurando qualidade, segurança do paciente, eficiência e continuidade na prestação dos serviços de saúde.

3.4. Os equipamentos deverão atender às normas técnicas e regulatórias aplicáveis, especialmente



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



quanto ao registro e regularização junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido, certificação de qualidade, garantia mínima, disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal desta contratação, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens comuns, cuja execução exige a responsabilidade direta da contratada quanto à qualidade, conformidade técnica, garantia e assistência dos equipamentos médico-hospitalares a serem fornecidos.

4.2. Admite-se, excepcionalmente, a subcontratação de atividades acessórias, tais como transporte, logística, entrega, instalação e treinamento operacional, desde que não impliquem transferência da responsabilidade integral pelo objeto contratado, permanecendo a contratada principal integralmente responsável perante a Administração pela execução, qualidade, regularidade, garantia e assistência técnica dos bens.

4.3. Eventual subcontratação deverá ser previamente comunicada e formalmente autorizada pela Administração, não podendo a contratada alegar qualquer vínculo direto entre a Administração Pública e os subcontratados, mantendo-se a responsabilidade exclusiva da contratada pelos atos de seus prepostos e terceiros.

4.4. Fica vedada a subcontratação total do objeto ou a transferência de obrigações contratuais sem prévia anuência da Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes médico-hospitalares, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, devendo a contratada observar rigorosamente os prazos, padrões de qualidade e requisitos técnicos exigidos.

5.2. O fornecimento será realizado de forma integral, conforme cronograma e demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento.

5.3. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, originais de fábrica, acondicionados em embalagens adequadas, devidamente protegidos contra danos durante o transporte, acompanhados de manuais técnicos em língua portuguesa, certificados de garantia, notas fiscais e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

5.4. A contratada deverá assegurar que os equipamentos estejam em perfeito estado de funcionamento, responsabilizando-se por eventuais danos, vícios, defeitos ou irregularidades, inclusive aqueles decorrentes do transporte, até o recebimento definitivo pela Administração.

5.5. A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, em dias úteis e



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



horário previamente agendado, sem custos adicionais para a Administração.

5.6. Quando aplicável, a contratada deverá realizar a instalação, montagem, testes de funcionamento e treinamento básico de operação para os servidores designados, garantindo a plena operacionalização dos equipamentos.

6. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O prazo de entrega dos bens será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento, admitida prorrogação, desde que devidamente justificada, comprovada a ocorrência de fato superveniente e aceita pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Os equipamentos deverão atender às normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente quanto à regularização junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido, certificações de qualidade e requisitos de segurança.

6.3. A contratada deverá prestar garantia mínima conforme especificado neste Termo de Referência, assegurando assistência técnica e fornecimento de peças de reposição durante o período contratual.

6.4. O recebimento dos bens será realizado em duas etapas:

- I – recebimento provisório, para verificação da conformidade com as especificações técnicas;
- II – recebimento definitivo, após testes e comprovação do pleno funcionamento dos equipamentos.

6.5. A Administração poderá recusar, no todo ou em parte, os bens que não atendam às especificações, obrigando-se a contratada à substituição, no prazo estabelecido, sem ônus adicional.

6.6. A contratada deverá observar, ainda, as normas de sustentabilidade, logística reversa e descarte ambientalmente adequado de embalagens e componentes, quando aplicável.

6.7. O fornecimento dos equipamentos deverá observar:

- I – Entrega em local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- II – Prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- III – Garantia mínima e assistência técnica;
- IV – Cumprimento das normas sanitárias e regulatórias aplicáveis;
- V – Conformidade com as especificações técnicas e com a proposta apresentada.

7. GARANTIA CONTRATUAL DO BEM

7.1. Os equipamentos e materiais permanentes fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo pela Administração, contra defeitos de fabricação, vícios ocultos, falhas de funcionamento e quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização regular.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



7.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica integral, sem qualquer ônus adicional para a Administração, compreendendo:

- I – reparo ou substituição de peças defeituosas;
- II – substituição do equipamento, quando o defeito não puder ser sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- III – suporte técnico especializado;
- IV – fornecimento de peças originais ou compatíveis certificadas pelo fabricante.

7.3 A garantia deverá abranger todas as despesas com transporte, deslocamento de técnicos, mão de obra, peças e demais custos necessários à perfeita manutenção dos equipamentos.

7.4 Caso o equipamento apresente defeito recorrente ou impossibilidade de reparo definitivo, a Administração poderá exigir a substituição por outro novo, de igual ou superior especificação técnica.

7.5 A garantia contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto aos vícios ocultos, nos termos da legislação civil e consumerista aplicável.

7.6 A contratada deverá comprovar a existência de assistência técnica autorizada ou suporte técnico apto a atender o Município de Brasil Novo/PA, durante todo o período de garantia.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão e fiscalização do contrato decorrente desta contratação serão realizadas por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

8.2. A Administração designará formalmente gestor e fiscal do contrato, os quais atuarão de forma integrada, com as seguintes atribuições:

- I – Acompanhar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- II – Atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
- III – Verificar a conformidade dos equipamentos entregues com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada;
- IV – Registrar ocorrências, falhas, atrasos e irregularidades na execução do contrato;
- V – Solicitar à contratada a correção de falhas ou substituição de equipamentos que não atendam às condições estabelecidas;
- VI – Acompanhar o cumprimento das condições de garantia e assistência técnica;
- VII – Emitir relatórios de acompanhamento e avaliação da execução contratual;
- VIII – Subsidiar a Administração na aplicação de sanções, quando cabíveis.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



8.3. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento global da execução, pela comunicação institucional com a contratada e pela adoção das providências administrativas necessárias ao regular andamento da contratação.

8.4. O fiscal do contrato atuará diretamente na verificação técnica e operacional do fornecimento, realizando inspeções, testes de funcionamento, conferência de documentos e demais procedimentos necessários à adequada execução.

8.5. A contratada deverá manter preposto formalmente designado para interlocução com a Administração, devendo responder às solicitações no prazo estabelecido.

8.6. As comunicações entre as partes ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico, com registro formal nos autos do processo.

8.7. A gestão contratual observará, ainda, os princípios da eficiência, economicidade, transparência, controle e continuidade do serviço público, visando assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e a qualidade dos bens fornecidos.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. O recebimento dos equipamentos e materiais permanentes objeto desta contratação será realizado em duas etapas, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

I – Recebimento provisório, que ocorrerá no ato da entrega dos bens, para verificação preliminar quanto à conformidade com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta da contratada;

II – Recebimento definitivo, que ocorrerá após a verificação detalhada da qualidade, funcionamento, desempenho e adequação dos equipamentos, mediante testes e conferências técnicas, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório.

9.2. O recebimento provisório ou definitivo será formalizado mediante atesto por servidor ou comissão designada pela Secretaria Municipal de Saúde.

9.3. Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, identificados, acompanhados de:

- a) nota fiscal;
- b) manuais técnicos em língua portuguesa;
- c) certificados de garantia;
- d) número de série e identificação do fabricante;
- e) catálogos e fichas técnicas, quando exigidos;
- f) demais documentos previstos neste Termo de Referência.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



9.4. Os equipamentos que necessitarem de instalação deverão ser entregues, instalados, testados e configurados pela contratada, garantindo sua plena operacionalização.

9.5. O recebimento definitivo somente será realizado após:

- I – comprovação do perfeito funcionamento dos equipamentos;
- II – realização de testes operacionais;
- III – treinamento básico dos profissionais designados, quando aplicável;
- IV – verificação da regularidade documental e das condições de garantia.

9.6. Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidades, a Administração poderá:

- I – rejeitar o objeto, no todo ou em parte;
- II – exigir a substituição dos bens;
- III – aplicar as penalidades previstas.

9.7. A contratada deverá substituir os bens rejeitados no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da notificação, sem ônus adicional.

9.8. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, segurança, durabilidade e funcionamento dos bens, especialmente durante o prazo de garantia.

9.9. O prazo de garantia somente terá início após o recebimento definitivo.

9.10. O recebimento dos bens não implica aceitação tácita de vícios ocultos, permanecendo a responsabilidade da contratada nos termos da legislação vigente.

Liquidação

9.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal contém:

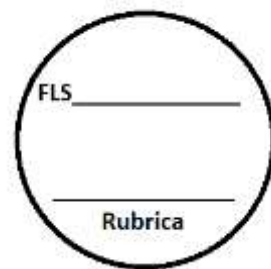
- a) data de emissão;
- b) dados do contrato e do órgão contratante;
- c) descrição detalhada dos bens fornecidos;
- d) valor a pagar;
- e) retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem ônus para a Administração.

9.14. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, nos termos da legislação vigente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Prazo de pagamento

9.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

9.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.20 O município fará a retenção do Imposto de Renda do(s) pagamento(s) do fornecedor.

9.21 A descrição do valor da alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte incidirá sobre o(s) pagamento(s) efetuado(s) por este município ao fornecedor.

9.22 A alíquota de incidência a ser aplicada sobre o valor a ser pago corresponderá à espécie do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme estabelecido na IN RFB N° 1.234/2012.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção de critério de julgamento pelo menor preço por item, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente as demais normas pertinentes.

Exigências de habilitação

10.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto a existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>):
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Da Habilitação Jurídica

a) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social**, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação; Ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício, No caso de sociedade civil:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- b) Documentos de identificação contendo **RG** e **CPF** ou documento equivalente do(s) sócio(s) ou sócio administrador, que tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- c) Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (**RG** e **CPF**);
- d) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- e) Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

11.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº1751 de 02/10/2014);
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão ou Ficha de Inscrição Estadual ;
- e) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- g) Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

11.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- 11.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa jurídica;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



11.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §19).

b) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente).

d) As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos poderão apresentar apenas o último exercício ou balanço de abertura.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar:

I – Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de equipamentos e/ou materiais médico-hospitalares compatíveis com o objeto desta licitação.

II – Os atestados deverão conter:

- a) identificação da entidade emitente;
- b) CNPJ, endereço e telefone;
- c) descrição do objeto fornecido;
- d) quantidades e período de execução;
- e) assinatura do responsável.

III – Registro ou cadastro dos produtos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido pela legislação vigente, devendo a licitante apresentar:

- a) número do registro ou notificação, quando aplicável; ou
- b) comprovação de dispensa, quando aplicável.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



IV – Declaração de que os equipamentos ofertados são novos, de primeiro uso, e atendem às normas técnicas e sanitárias vigentes.

V – Declaração de garantia e assistência técnica durante o prazo estabelecido no Termo de Referência.

VI – Quando aplicável, comprovação de assistência técnica autorizada ou estrutura técnica para atendimento no território nacional.

VII – Catálogo ou ficha técnica dos equipamentos ofertados, para análise de conformidade.

A Administração poderá solicitar documentos complementares, catálogos técnicos ou manuais dos equipamentos ofertados para fins de análise de conformidade.

13. DAS DECLARAÇÕES

a) Declaração Conjunta conforme Modelo do anexo III;

b) Declaração de enquadramento como ME/EPP, MEI, ou equiparada, nos termos da Lei 123/2006 (anexo IV).

c) Declaração Anticorrupção (anexo V).

d) Declaração de Reserva de cargos para pessoas com deficiência (anexo VI).

Obs.: As Declarações deverão ser em papel timbrado e estarem devidamente assinadas pelo representante legal da empresa.

14. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 35.360,98 (trinta e cinco mil trezentos e sessenta reais e noventa e oito centavos), elaborado em conformidade com o disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, observando-se os critérios de pesquisa de preços previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Os valores estimados referentes à aquisição do bem pretendido foram obtidos mediante pesquisa de preços realizada no sistema Banco de Preços, conforme documentação anexa ao Estudo Técnico Preliminar – ETP, considerando preços decorrentes de outras contratações similares efetuadas pela Administração Pública, nos termos do art. 23, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

15. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

15.1. Poderão participar desta licitação as empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação, que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na legislação vigente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



15.2. A participação será realizada por meio eletrônico, mediante cadastramento prévio no sistema Licitanet utilizado pela Administração, devendo o interessado observar os requisitos operacionais, prazos e condições definidos no edital.

15.3. Não poderão participar da presente licitação:

I – empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação, salvo se comprovada a viabilidade econômica e a autorização judicial, quando exigida;
II – empresas declaradas inidôneas ou suspensas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
III – empresas impedidas de contratar com o Poder Público, nos termos da legislação aplicável;
IV – empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
V – pessoas físicas ou jurídicas que mantenham vínculo com servidores ou agentes públicos envolvidos no processo, nos termos da legislação vigente.

15.4. Será assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, inclusive quanto ao direito de preferência e regularização fiscal tardia.

15.5. Poderão ser estabelecidas cotas exclusivas ou reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte, quando aplicável, conforme análise técnica e econômica da Administração, conforme art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

15.6. A participação implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, bem como o conhecimento de todas as condições locais, técnicas e operacionais necessárias ao cumprimento das obrigações.

15.7. Os licitantes deverão apresentar proposta contendo marca, modelo, fabricante e especificações técnicas dos equipamentos ofertados, acompanhadas de catálogos ou documentos equivalentes que comprovem a conformidade com as exigências.

15.8. A Administração poderá realizar diligências, solicitar esclarecimentos e documentos complementares para verificação da veracidade das informações prestadas.

15.9. A apresentação de proposta vincula o licitante ao cumprimento de todas as obrigações estabelecidas, não sendo admitidas alegações de desconhecimento das condições da contratação.

15.10. Será exigida a proposta detalhada com marca e modelo, sob pena de desclassificação.

16. DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

16.1. Os equipamentos e materiais permanentes objeto desta contratação deverão ser novos, de primeiro uso, originais de fábrica, não sendo admitidos produtos reconicionados, remanufaturados, usados ou provenientes de mostruário.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



16.2. Os bens deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, na proposta da contratada e na Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004, observando-se os padrões de qualidade, segurança, desempenho, durabilidade e confiabilidade exigidos para o ambiente hospitalar.

16.3. Os equipamentos deverão possuir registro ou cadastro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido pela legislação vigente, bem como certificações e conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

16.4. Os materiais deverão ser compatíveis com a infraestrutura física, elétrica e operacional do Hospital Municipal Maria José Biancardi e demais unidades de saúde da rede municipal.

16.5. Os bens deverão ser entregues acompanhados de:

- I – manuais de operação e manutenção em língua portuguesa;
- II – certificados de garantia;
- III – notas fiscais e documentos de regularidade;
- IV – declarações de conformidade e certificações técnicas, quando exigidas;
- V – acessórios e componentes necessários ao pleno funcionamento.

16.6. Quando aplicável, os equipamentos deverão ser instalados, configurados e testados pela contratada, garantindo sua perfeita operacionalização.

16.7. A contratada deverá realizar treinamento básico de operação para os servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, assegurando a correta utilização dos equipamentos.

16.8. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima e assistência técnica, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

16.9. A Administração poderá recusar os bens que não atendam às especificações técnicas, obrigando-se a contratada à substituição no prazo estabelecido, sem ônus adicional.

16.10. A lista detalhada dos itens, quantitativos e especificações técnicas encontra-se no Anexo I deste Termo de Referência.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, com recursos provenientes de transferências da União.

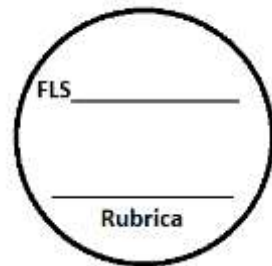
17.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ORGÃO: 12 - Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1201 - Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0004 2.152 - Emendas Parlamentares União

FONTE: 15003110 - Transferência União emenda parlamentar individual

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 Equipamentos e material permanente

Brasil Novo/PA, 02 de março de 2026.

ELYSSON LEONARDE KLOSS

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 005/2025

ALEXSANDRO SANTANA PEREIRA

Setor de Compras

Matrícula 131140-9



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Processo Administrativo 005/2026 FMS

1. Necessidade da Aquisição / Contratação

A presente contratação decorre da necessidade de estruturação e fortalecimento da rede municipal de saúde, especialmente no âmbito do atendimento hospitalar de urgência e emergência, visando assegurar condições técnicas adequadas para a prestação contínua, eficiente e segura dos serviços públicos de saúde à população.

A prestação dos serviços públicos de saúde, por sua própria natureza essencial, reclama suporte material compatível com os padrões técnicos contemporâneos, de modo a assegurar atendimento eficiente, resolutivo e humanizado à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS, preservando-se a integridade física dos pacientes, a segurança dos profissionais e a continuidade das ações assistenciais.

Nesse contexto, o Município foi contemplado com recursos oriundos da Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004, formalizada junto ao Fundo Nacional de Saúde, provenientes de Emenda Parlamentar, destinados especificamente à aquisição de equipamentos e materiais permanentes, com vistas ao aparelhamento do Hospital Municipal Maria José Biancardi, notadamente nos setores de observação e atendimento de urgência e emergência.

Os bens contemplados na referida proposta — dentre os quais se destacam monitores multiparâmetros, reanimadores pulmonares manuais adulto e pediátrico (ambu) e suportes de soro — configuram-se como instrumentos indispensáveis ao suporte à vida, ao monitoramento clínico contínuo e à estabilização imediata de pacientes em estado crítico, constituindo elementos estruturantes da segurança assistencial e da capacidade resolutiva do ambiente hospitalar.

Atualmente, verifica-se a necessidade de complementação e modernização do parque tecnológico hospitalar, em razão de desgaste natural, obsolescência e insuficiência quantitativa dos equipamentos existentes, circunstâncias que podem comprometer a qualidade assistencial, a segurança dos pacientes e a eficiência do atendimento.

Sob o prisma assistencial e administrativo, a não realização da contratação poderá acarretar consequências gravosas, tais como a precarização ou descontinuidade dos serviços de urgência e emergência, a restrição da capacidade de resposta às intercorrências clínicas, o comprometimento da execução integral da proposta ministerial e eventual prejuízo à correta aplicação dos recursos públicos transferidos.

Dessa forma, a aquisição pretendida não se revela mera conveniência administrativa, mas medida necessária, oportuna e juridicamente justificável, destinada a assegurar a continuidade do serviço público essencial, fortalecer a infraestrutura hospitalar, conferir maior eficiência à gestão da saúde municipal e promover melhoria concreta na qualidade dos serviços ofertados à coletividade.

Dessa forma, a aquisição pretendida revela-se medida necessária, adequada e alinhada ao interesse público primário, garantindo a correta aplicação dos recursos federais recebidos e promovendo melhoria efetiva na qualidade dos serviços prestados à população.

2. Área Requisitante



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



A presente demanda tem como Área Requisitante o Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo, por intermédio do Secretário Municipal de Saúde – o Sr. Elysson Leonarde Kloss

Requisitos da Contratação

A futura contratação deverá observar, com rigor técnico e aderência normativa, o conjunto de requisitos funcionais, operacionais, qualitativos e legais indispensáveis à plena satisfação do interesse público, assegurando que os equipamentos e materiais permanentes a serem adquiridos atendam integralmente às necessidades assistenciais da rede municipal de saúde, especialmente do Hospital Municipal Maria José Biancardi, contemplado pela Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004.

Nesse contexto, os bens a serem fornecidos deverão apresentar padrão de qualidade compatível com as exigências sanitárias, hospitalares e tecnológicas contemporâneas, sendo novos, de primeiro uso, devidamente certificados, registrados nos órgãos competentes e em conformidade com as normas da ANVISA, INMETRO, ABNT e demais regramentos aplicáveis, quando couber, de modo a garantir segurança clínica, durabilidade, confiabilidade operacional e desempenho satisfatório durante todo o seu ciclo de vida útil.

A solução pretendida deverá contemplar, no mínimo, o fornecimento dos seguintes equipamentos permanentes, conforme a proposta ministerial e o levantamento técnico das necessidades assistenciais:

- Monitores multiparâmetros;
- Reanimadores pulmonares manuais adulto (ambu);
- Reanimadores pulmonares manuais pediátricos (ambu);
- Suportes de soro,
-

Itens indispensáveis ao suporte avançado à vida, ao monitoramento contínuo de sinais vitais e à estabilização de pacientes em situação crítica, configurando-se como componentes estruturantes do atendimento hospitalar de urgência e emergência.

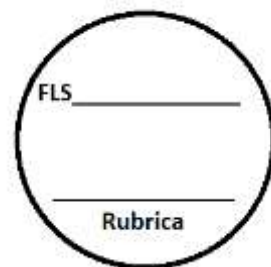
Para fins de atendimento ao interesse público e mitigação de riscos contratuais, a contratação deverá observar, adicionalmente, os seguintes requisitos essenciais:

Requisitos técnicos.

- Conformidade integral com as especificações constantes no Termo de Referência;
- Compatibilidade com o ambiente hospitalar e com os protocolos assistenciais vigentes;
- Resistência, durabilidade e facilidade de higienização;
- Garantia mínima do fabricante;
- Assistência técnica autorizada e disponibilidade de peças de reposição.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Requisitos operacionais

- Entrega integral dos equipamentos montados, testados e prontos para uso;
- Prazo de entrega compatível com a necessidade administrativa e com a execução tempestiva dos recursos federais;
- Treinamento ou orientações básicas de operação, quando aplicável;
- Manual técnico e certificações fornecidas em língua portuguesa.

Requisitos legais e administrativos:

- Observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas;
- Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;
- Comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto;
- Atendimento às regras de rastreabilidade, garantia e responsabilidade técnica.

Outrossim, a definição dos quantitativos e parâmetros técnicos deverá manter coerência com o planejamento setorial e com a pesquisa de preços realizada em fontes oficiais, a qual demonstrou a compatibilidade dos valores praticados no mercado e a vantajosidade econômica da solução pretendida.

Destarte, os requisitos ora delineados visam assegurar que a contratação resulte em solução íntegra, eficiente e sustentável, apta a promover o fortalecimento estrutural da rede municipal de saúde, resguardar a correta aplicação dos recursos públicos e proporcionar melhoria concreta na qualidade do atendimento prestado à população.

Levantamento de Mercado

A realização de um levantamento de mercado para um procedimento licitatório é um processo abrangente que envolve a pesquisa e análise de produtos, fornecedores, preços, regulamentações e outras informações relevantes para a tomada de decisões de aquisição.

a) Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas:

Não foram encontradas novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

b) Realização de audiência e/ou consulta pública para coleta de contribuições:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao fortalecimento da estrutura hospitalar da rede municipal de saúde, verifica-se que a presente contratação possui caráter eminentemente técnico, específico e operacional, voltado ao atendimento de demanda previamente identificada pela Administração, com base em critérios assistenciais e em diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Ademais, os bens a serem adquiridos encontram-se previamente definidos na **Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004**, formalizada junto ao Fundo Nacional de Saúde, a qual contempla especificações técnicas e quantitativos vinculados à política pública setorial, limitando a margem de discricionariedade administrativa quanto à definição da solução pretendida.

Dessa forma, não se vislumbra a necessidade de realização de audiência ou consulta pública, uma vez que o objeto não envolve inovação tecnológica relevante, impacto regulatório significativo, repercussão econômica ampla ou interesse coletivo difuso que justifique a participação social formalizada no processo de planejamento da contratação.

Outrossim, a solução adotada não apresenta controvérsia técnica relevante, tampouco potencial restrição à competitividade, tratando-se de aquisição padronizada, amplamente ofertada no mercado e alinhada às práticas correntes no âmbito das contratações públicas de saúde.

Destarte, conclui-se que a realização de audiência ou consulta pública não se revela necessária ou proporcional ao objeto da contratação, razão pela qual a Administração opta pelo prosseguimento regular do processo, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e celeridade administrativa.

3. Descrição da Solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos e materiais permanentes médico-hospitalares, novos, de primeiro uso, devidamente certificados e em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e regulatórias vigentes, destinados ao fortalecimento estrutural, tecnológico e assistencial do Hospital Municipal Maria José Biancardi, especialmente no setor de observação e atendimento de urgência e emergência.

A contratação tem por finalidade assegurar suporte adequado às atividades assistenciais desenvolvidas no âmbito da unidade hospitalar, proporcionando melhores condições de monitoramento clínico, estabilização de pacientes em estado crítico e continuidade do atendimento, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como com os princípios da eficiência, segurança do paciente, qualidade e humanização da assistência.

Nesse contexto, a solução contempla o fornecimento de equipamentos essenciais ao suporte à vida e ao acompanhamento contínuo dos sinais vitais dos pacientes, notadamente:

- Monitores multiparâmetros;
- Reanimadores pulmonares manuais adulto (ambu);
- Reanimadores pulmonares manuais pediátricos (ambu);
- Suportes de soro.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Os bens a serem adquiridos deverão atender integralmente às especificações técnicas previstas na Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004, formalizada junto ao Fundo Nacional de Saúde, observando-se padrões de qualidade, segurança, durabilidade, desempenho e compatibilidade com a infraestrutura física e tecnológica existente na unidade hospitalar.

A solução adotada caracteriza-se como a alternativa mais adequada e eficiente para atendimento da necessidade pública identificada, uma vez que promove a modernização do parque tecnológico, amplia a capacidade operacional da unidade hospitalar, reduz riscos assistenciais e contribui para maior resolutividade nos atendimentos de urgência e emergência.

Ademais, a contratação abrange o fornecimento, transporte, entrega, instalação (quando aplicável), testes de funcionamento, garantia mínima, assistência técnica e demais obrigações necessárias à plena operacionalização dos equipamentos, assegurando a sua disponibilidade em condições adequadas de uso imediato.

Ressalte-se que a opção pela aquisição direta dos equipamentos permanentes, em detrimento de outras soluções, como locação ou comodato, mostra-se mais vantajosa e alinhada ao interesse público, considerando a natureza contínua da demanda, a necessidade de disponibilidade permanente dos bens e a melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida.

Destarte, a solução ora delineada revela-se técnica, econômica e administrativamente adequada, contribuindo para o fortalecimento da rede municipal de saúde, para a correta aplicação dos recursos públicos federais e para a melhoria efetiva da qualidade e segurança do atendimento prestado à população.

4. Estimativa da quantidade

A estimativa das quantidades dos equipamentos e materiais permanentes a serem adquiridos foi realizada com base em critérios técnicos e assistenciais, considerando o levantamento das necessidades operacionais do Hospital Municipal Maria José Biancardi, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde no âmbito da Proposta nº 11283607000125004, formalizada junto ao Fundo Nacional de Saúde

O referido levantamento teve como premissas a adequação da estrutura física e tecnológica da unidade hospitalar, a demanda de atendimentos de urgência e emergência, o dimensionamento dos ambientes assistenciais e a necessidade de garantir suporte adequado à estabilização e ao monitoramento contínuo de pacientes em estado crítico.

Assim, a definição dos quantitativos observou a compatibilidade entre a capacidade operacional da unidade, a rotina de atendimentos e a necessidade de continuidade dos serviços, evitando-se tanto a subdimensionamento, que poderia comprometer a eficiência assistencial, quanto o superdimensionamento, que implicaria desperdício de recursos públicos.

Dessa forma, a estimativa contempla os seguintes quantitativos:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- Monitores multiparâmetros: 02 (duas) unidades;
- Reanimadores pulmonares manuais adulto (ambu): 02 (duas) unidades;
- Reanimadores pulmonares manuais pediátricos (ambu): 02 (duas) unidades;
- Suporte de soro: 01 (uma) unidade.

Os quantitativos acima encontram-se diretamente vinculados ao plano de aplicação dos recursos federais, estando em consonância com a proposta ministerial aprovada, a qual delimita a composição dos itens e o respectivo valor global da contratação.

Cumprir destacar que a presente estimativa reflete a necessidade imediata de estruturação do ambiente hospitalar contemplado, não afastando a possibilidade de futuras aquisições complementares, conforme evolução da demanda assistencial, disponibilidade orçamentária e planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Saúde.

Destarte, conclui-se que as quantidades estabelecidas são tecnicamente adequadas, economicamente razoáveis e suficientes para atender às necessidades atuais da Administração, garantindo eficiência, continuidade do serviço público e correta aplicação dos recursos transferidos.

5. Estimativa do valor

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 35.360,98 (trinta e cinco mil trezentos e sessenta reais e noventa e oito centavos)**, conforme pesquisa de preço realizado no sistema banco de preços, anexo deste ETP, com preços decorrentes de outras contratações similares feitas pela administração pública conforme o Art. 23, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Ressalte-se, ainda, que o valor estimado se encontra plenamente compatível com o valor de referência previsto na Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004, aprovada junto ao Fundo Nacional de Saúde, a qual estabeleceu parâmetros financeiros específicos para a aquisição dos equipamentos e materiais permanentes.

Dessa forma, conclui-se que o valor estimado da contratação é adequado, razoável e compatível com os preços praticados no mercado público nacional e com os parâmetros fixados pelo ente financiador, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como aos requisitos legais aplicáveis à fase de planejamento da contratação.

6. Justificativa para o parcelamento ou não do objeto

A análise quanto à viabilidade de parcelamento do objeto foi realizada à luz dos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e vantajosidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à ampliação da participação de fornecedores e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



O objeto da presente contratação consiste na aquisição de equipamentos e materiais permanentes médico-hospitalares destinados ao aparelhamento do Hospital Municipal Maria José Biancardi, conforme previsto na Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004, formalizada junto ao Fundo Nacional de Saúde, os quais, embora possuam finalidade assistencial convergente e destinação comum, apresentam características técnicas, funcionalidades e mercados fornecedores distintos.

Nesse contexto, verifica-se que o parcelamento por itens se revela tecnicamente viável e administrativamente recomendável, uma vez que possibilita a ampliação da competitividade, permitindo a participação de maior número de fornecedores especializados em cada tipo de equipamento, favorecendo a obtenção de melhores condições comerciais, redução de preços e maior vantajosidade para a Administração.

Ademais, o parcelamento não compromete a funcionalidade da solução, tampouco a padronização tecnológica ou a eficiência operacional, considerando que os equipamentos são autônomos, independentes entre si e não exigem integração técnica direta para seu funcionamento.

Dessa forma, a contratação por item encontra-se alinhada às boas práticas de governança nas contratações públicas, promovendo isonomia, transparência e eficiência, além de mitigar riscos de restrição à competitividade, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e o fortalecimento da rede municipal de saúde.

7. Contratações Correlatas

A presente contratação possui natureza específica e autônoma, voltada exclusivamente à aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao fortalecimento estrutural do Hospital Municipal Maria José Biancardi, conforme previsto na Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004, não dependendo diretamente de outras contratações para sua execução.

Ressalta-se que a operacionalização dos equipamentos a serem adquiridos não exige adaptações estruturais significativas, tampouco investimentos adicionais imediatos, considerando que a unidade hospitalar dispõe de infraestrutura física, elétrica e operacional compatível com a instalação e utilização dos bens.

Ademais, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos poderá ser realizada no âmbito das contratações já existentes ou futuras, destinadas à assistência técnica e suporte operacional, sem prejuízo da funcionalidade e continuidade dos serviços.

Dessa forma, conclui-se que não há contratações interdependentes ou condicionantes à execução da presente demanda, sendo a solução plenamente viável de forma independente, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento, o fortalecimento da rede municipal de saúde e a correta aplicação dos recursos públicos.

8. Resultado Pretendido



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



A presente contratação tem por objetivo promover o fortalecimento estrutural e tecnológico da rede municipal de saúde, especialmente no âmbito do Hospital Municipal Maria José Biancardi, assegurando melhores condições de atendimento à população, com foco na eficiência, qualidade e segurança dos serviços prestados.

Espera-se, com a aquisição dos equipamentos e materiais permanentes médico-hospitalares previstos na Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004, garantir a adequada estruturação do setor de observação e atendimento de urgência e emergência, ampliando a capacidade de monitoramento clínico, suporte à vida e estabilização de pacientes em estado crítico

Como resultados institucionais e assistenciais, pretende-se:

- elevar o padrão de qualidade e resolutividade do atendimento hospitalar;
- reduzir riscos assistenciais e eventos adversos decorrentes da insuficiência ou obsolescência de equipamentos;
- assegurar maior segurança aos pacientes e profissionais de saúde;
- promover a continuidade e eficiência dos serviços de urgência e emergência;
- garantir a correta e tempestiva aplicação dos recursos federais transferidos;
- fortalecer a gestão pública da saúde e o cumprimento das políticas públicas setoriais.

Dessa forma, a contratação contribuirá para a melhoria efetiva da assistência prestada, para a otimização da infraestrutura hospitalar e para a promoção do direito fundamental à saúde, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

9. Providências a serem tomadas

Para a adequada implementação da solução proposta, a Administração deverá adotar as providências administrativas e técnicas necessárias à regular instrução do processo de contratação, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

Inicialmente, caberá à Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, promover a consolidação das informações constantes do presente Estudo Técnico Preliminar, bem como a elaboração do Termo de Referência, com a definição detalhada das especificações técnicas, quantitativos, critérios de julgamento, prazos, condições de entrega, garantia e demais exigências necessárias à adequada execução contratual.

Na sequência, deverão ser realizados os atos preparatórios pertinentes, incluindo a definição da modalidade e do critério de julgamento, a verificação da disponibilidade orçamentária e financeira, a análise jurídica e o controle interno, conforme as rotinas administrativas vigentes.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Também deverão ser adotadas as medidas necessárias à adequada gestão e fiscalização do contrato, com a designação formal de servidor responsável pelo acompanhamento da execução, verificação da conformidade dos bens entregues, recebimento definitivo e registro patrimonial dos equipamentos.

Adicionalmente, a Administração deverá assegurar que a unidade hospitalar disponha das condições operacionais necessárias à utilização dos equipamentos, incluindo adequação dos espaços físicos, verificação da rede elétrica, capacitação dos profissionais de saúde e integração dos novos equipamentos à rotina assistencial.

Por fim, deverão ser observadas as diretrizes da Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004, garantindo a correta aplicação dos recursos federais, o cumprimento dos prazos e a prestação de contas aos órgãos competentes.

10. Mapa de Risco

O presente Mapa de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e propor medidas de tratamento para os riscos associados à contratação, em observância às boas práticas de governança, planejamento e gestão de riscos nas contratações públicas.

1. Risco: Atraso no processo licitatório

Descrição: Possibilidade de atrasos nas fases internas e externas da licitação, comprometendo a execução dos recursos federais.

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Medidas preventivas:

- Planejamento adequado das etapas da contratação;
- Elaboração clara e objetiva dos documentos;
- Acompanhamento sistemático do cronograma.

Plano de contingência:

- Priorização do processo e realocação de equipe técnica;
- Monitoramento constante dos prazos.

2. Risco: Descrição inadequada das especificações técnicas



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Descrição: Especificações insuficientes ou excessivas que possam gerar restrição à competitividade ou aquisição de equipamentos inadequados.

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Medidas preventivas:

- Validação técnica pela equipe de saúde;
- Consulta às diretrizes do Ministério da Saúde;
- Revisão jurídica e administrativa.
-

Plano de contingência:

- Ajustes no Termo de Referência antes da publicação do edital;
- Esclarecimentos e retificações, se necessário.

3. Risco: Falta de fornecedores interessados

Descrição: Possibilidade de baixa competitividade ou licitação deserta.

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Medidas preventivas:

- Estruturação do certame por item;
- Divulgação ampla do edital;
- Pesquisa prévia de mercado.

Plano de contingência:

- Reavaliação das especificações;
- Republicação do edital.

4. Risco: Entrega de equipamentos fora das especificações



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Descrição: Recebimento de produtos incompatíveis com o exigido.

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Medidas preventivas:

- Definição clara das exigências técnicas;
- Exigência de certificados e registros;
- Fiscalização rigorosa.

Plano de contingência:

- Recusa e substituição dos produtos;
- Aplicação de penalidades contratuais.

5. Risco: Atraso na entrega dos equipamentos

Descrição: Possível descumprimento de prazos pela contratada.

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Medidas preventivas:

- Estabelecimento de prazos compatíveis;
- Cláusulas de penalidades.

Plano de contingência:

- Aplicação de sanções;
- Reprogramação da entrega.

6. Risco: Falta de treinamento e uso inadequado

Descrição: Equipamentos não utilizados corretamente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Medidas preventivas:

- Previsão de treinamento ou orientação técnica.

Plano de contingência:

- Capacitação posterior.

7. Risco: Falha na prestação de contas dos recursos

Descrição: Inadequação na comprovação da aplicação dos recursos federais.

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Medidas preventivas:

- Organização documental;
- Acompanhamento da execução financeira.

Plano de contingência:

- Regularização e ajustes.

11. Viabilidade da contratação

Com base nas análises técnicas, assistenciais, operacionais e administrativas realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida se revela plenamente viável, sob os aspectos técnico, econômico, jurídico e orçamentário.

A solução proposta atende às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, mostra-se compatível com a estrutura existente, encontra respaldo nas diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e está alinhada à execução da Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004, formalizada junto ao Fundo Nacional de Saúde, a qual assegura os recursos necessários à sua implementação



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Do ponto de vista técnico, os equipamentos a serem adquiridos são amplamente disponíveis no mercado, não demandam soluções inovadoras ou de alta complexidade e apresentam compatibilidade com o ambiente hospitalar, o que reduz riscos de descontinuidade ou inviabilidade de execução.

Sob o aspecto econômico e administrativo, a contratação encontra-se fundamentada no planejamento prévio, na definição clara da necessidade e na observância dos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade, contribuindo para o fortalecimento da rede municipal de saúde e para a melhoria dos serviços prestados à população.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Responsáveis pela elaboração ETP.

Brasil Novo/PA, 02 de março de 2026.

ELYSSON LEONARDE KLOSS

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 005/2025

ALEXSANDRO SANTANA PEREIRA

Setor de Compras

Matrícula 131140-9



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42**



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

PREGÃO ELETRÔNICO N°2026

Abertura:.../.../2026

Horário:h min

Objeto:.....

Identificação da empresa (Razão Social/Endereço/Município/Estado) Telefone: _____

Email: _____ Conta Corrente n° _____ Agência n° _____ Banco: _____

Identificação do responsável legal da empresa: _____ CPF: _____

RG: _____

Encaminhamos a esta Comissão Permanente de Licitação/CPL, nossa Proposta de Preços, referente à licitação em epígrafe, objetivando a Contratação de empresa para aquisição de equipamento e material permanente, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo integralmente à Proposta do Ministério da Saúde n° 11283607000125004, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	Marca	QTD	Valor Unit.	Valor Total
VALOR TOTAL						

Nossa proposta tem o preço global fixado em: **R\$**).

O prazo de entrega: Os bens deverão ser entregues no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da solicitação (ordem de compra, nota de empenho, autorização de fornecimento), no endereço informado e serão recebidos em caráter provisório para avaliação de conformidade dos produtos conforme este termo de referência.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da apresentação desta proposta.

DECLARAMOS que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

DECLARAMOS que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, fretes, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Local, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do Representante Legal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

ANEXO III

(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil novo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2026

Abertura:/.../2026

Horário:h. ... min.

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamento e material permanente, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo integralmente à Proposta do Ministério da Saúde nº 11283607000125004, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF Nº _____, **para os fins de direito**, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

DECLARA, sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

DECLARA que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA que a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

DECLARA, sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

DECLARA ainda que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

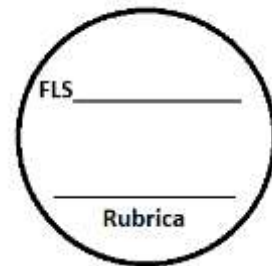
licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/21”.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO IV

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE LC 123/06).

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

PREGÃO ELETRÔNICO N°/2026

Abertura:/...../2026

Horário:h... min.

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamento e material permanente, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo integralmente à Proposta do Ministério da Saúde n° 11283607000125004., tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

A Empresa _____ inscrita no CNPJ n° _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua _____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____. **DECLARA**, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n°. 123/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n°. 123/2006.

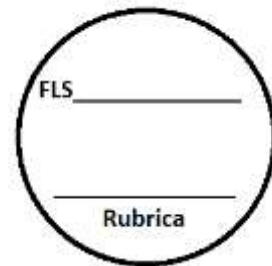
DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

(Local e data)

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO V DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

A empresa (NOME DA EMPRESA), por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei que:

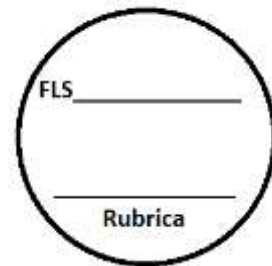
- a) Está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.
- b) Se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.
- c) Na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção
- d) A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.
- e) Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Local e data

Assinatura do representante legal ou procurador



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A Empresa.....(nome da empresa licitante)...., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

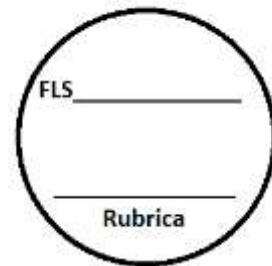
Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal

CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VII CONTRATO ADMINISTRATIVO n° XXX/2026 FMS. PREGÃO ELETRÔNICO N° XXX/2026 FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO
QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE
BRASIL NOVO E A EMPRESA
....., CNPJ:
.....
.....

I. PARTES

CONTRATANTE

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO**, Fundo público da administração direta municipal, inscrito no CNPJ n°. 11.283.607/0001-42 com sede à Trav. 28 de Abril n° 1175, Centro, CEP: 68.148-000, Brasil Novo (PA), doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Elysson Leonarde Kloss, Secretário Municipal de Saúde.

CONTRATADA

_____ (Nome da Empresa), _____ (Natureza Jurídica), com sede _____ (endereço), _____ (contato), inscrita no CNPJ sob o n° _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____ (Representante Legal), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, residente e domiciliado à _____.

II. DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

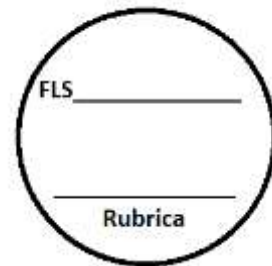
Resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/XXXX FMS**, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 14.133/2021, de 01 de Abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é Contratação de empresa para aquisição de equipamento e material permanente, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo integralmente à Proposta do Ministério da Saúde n° 11283607000125004, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	xxxxx	xxxx	xxxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxxx
VALOR TOTAL						R\$ xxxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, período suficiente para o cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo entrega, instalação, testes, recebimento definitivo e demais providências correlatas.
- 2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado e demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3. A prorrogação de que trata este item ficará condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.4. O contratado não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado caso o contratado esteja sujeito a sanção de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, observada a abrangência da penalidade.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

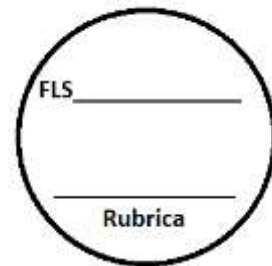
- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 15.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), correspondente ao fornecimento integral dos bens descritos neste instrumento, conforme proposta vencedora e especificações constantes do Termo de Referência e do edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

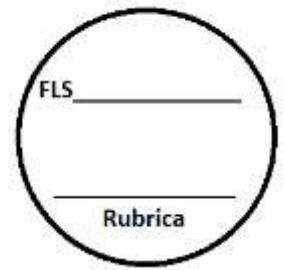
8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



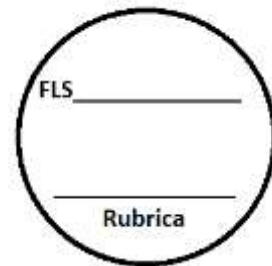
- 8.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.13. Sempre que solicitado pela Contratante, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL DO BEM

- 9.1. Os equipamentos e materiais permanentes fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



(doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo pela Administração, contra defeitos de fabricação, vícios ocultos, falhas de funcionamento e quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização regular.

9.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica integral, sem qualquer ônus adicional para a Administração, compreendendo:

- I – reparo ou substituição de peças defeituosas;
- II – substituição do equipamento, quando o defeito não puder ser sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- III – suporte técnico especializado;
- IV – fornecimento de peças originais ou compatíveis certificadas pelo fabricante.

9.3. A garantia deverá abranger todas as despesas com transporte, deslocamento de técnicos, mão de obra, peças e demais custos necessários à perfeita manutenção dos equipamentos.

9.4. Caso o equipamento apresente defeito recorrente ou impossibilidade de reparo definitivo, a Administração poderá exigir a substituição por outro novo, de igual ou superior especificação técnica.

9.5. A garantia contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto aos vícios ocultos, nos termos da legislação civil e consumerista aplicável.

9.6. A contratada deverá comprovar a existência de assistência técnica autorizada ou suporte técnico apto a atender o Município de Brasil Novo/PA, durante todo o período de garantia.

10. Requisitos de Sustentabilidade

10.1. A contratação deverá observar os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes de sustentabilidade ambiental aplicáveis às contratações públicas.

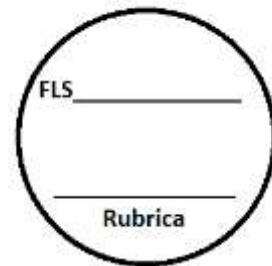
10.2. Os equipamentos e materiais permanentes deverão:

- I – atender às normas ambientais vigentes, especialmente quanto à fabricação, comercialização e descarte de resíduos eletroeletrônicos, quando aplicável;
- II – possuir certificações, selos ou conformidade com padrões de eficiência energética, segurança e qualidade, sempre que exigido pela legislação ou por órgãos reguladores;
- III – apresentar menor consumo de energia elétrica e maior durabilidade, contribuindo para a redução de impactos ambientais e de custos operacionais ao longo do ciclo de vida do produto;
- IV – ser livres de substâncias nocivas ao meio ambiente, conforme normas nacionais e internacionais aplicáveis, quando cabível.

10.3. A contratada deverá adotar práticas de logística reversa, quando aplicável, responsabilizando-se pelo recolhimento e destinação ambientalmente adequada de embalagens, componentes e equipamentos ao final de sua vida útil, nos termos da legislação vigente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



10.4. As embalagens utilizadas deverão, sempre que possível:

- I – ser recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis;
- II – conter informações sobre descarte ambientalmente adequado;
- III – evitar o uso excessivo de materiais poluentes.

10.5. Durante o transporte e entrega, a contratada deverá adotar medidas para minimizar impactos ambientais, tais como:

- I – Otimização de rotas;
- II – redução de emissões de poluentes;
- III – uso de boas práticas logísticas.

10.6. A Administração poderá solicitar documentos que comprovem a adoção das práticas sustentáveis previstas neste Termo de Referência.

11. Requisitos de Entrega e Regularização

11.1. A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes médico-hospitalares, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, devendo a contratada observar rigorosamente os prazos, padrões de qualidade e requisitos técnicos exigidos.

11.2. O fornecimento será realizado de forma integral, conforme cronograma e demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento.

11.3. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, originais de fábrica, acondicionados em embalagens adequadas, devidamente protegidos contra danos durante o transporte, acompanhados de manuais técnicos em língua portuguesa, certificados de garantia, notas fiscais e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

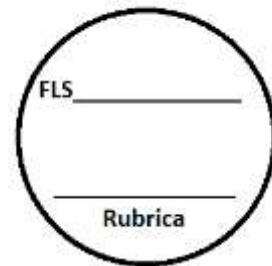
11.4. A contratada deverá assegurar que os equipamentos estejam em perfeito estado de funcionamento, responsabilizando-se por eventuais danos, vícios, defeitos ou irregularidades, inclusive aqueles decorrentes do transporte, até o recebimento definitivo pela Administração.

11.5. A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, em dias úteis e horário previamente agendado, sem custos adicionais para a Administração.

11.6. Quando aplicável, a contratada deverá realizar a instalação, montagem, testes de funcionamento e treinamento básico de operação para os servidores designados, garantindo a plena operacionalização dos equipamentos.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



12. CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

- a) Moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 3% a 5% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

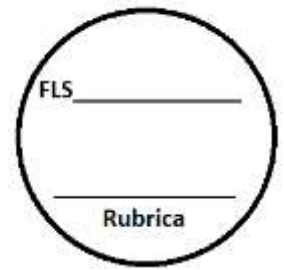
12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

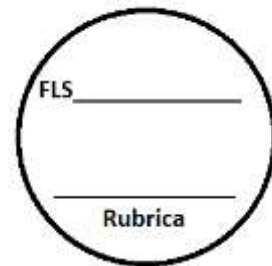
12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, se cumpridas as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

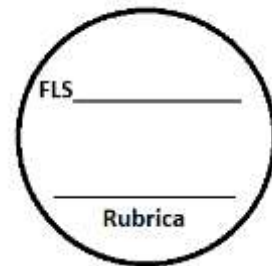
13.12. Indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

ORGÃO: 12 - Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1201 - Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0004 2.152 - Emendas Parlamentares União

FONTE: 15003110 - Transferência União emenda parlamentar individual

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 Equipamentos e material permanente

15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

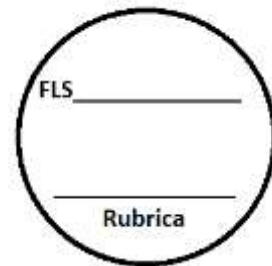
16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42**



oficial na Internet, em atenção ao art. 91, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. caput, 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

18.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Brasil Novo/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Brasil Novo/PA, de de 2026.

xx
Secretário(a) Municipal de
CONTRATANTE

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ:xxxxxxxxxx
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
